

## Casa Forte

Adler Homero Fonseca de Castro<sup>1</sup>

As casas fortes, do ponto de vista da arquitetura militar, podem ser consideradas como exóticas, apesar de terem sido estruturas defensivas muito comuns no Brasil. Seu aspecto estranho começa com o fato de que a imensa maioria delas não ter sido feita pelo governo ou para uso militar: como seu nome indica eram *casas*, residências, que podiam ser usadas como abrigos contra ameaças, sendo fortificadas para isso.

Também é um tipo de construção que pode ser considerado como arcaico para a Idade Moderna (1452-1789): na Europa, a origem dos castelos era, justamente, uma residência onde os nobres podiam se abrigar em caso de ataque. Bluteau (1728) define casa forte justamente dessa forma, como “se chamavam antigamente as torres e castelos”, especificando que a posse de uma dessas construções era uma das características da nobreza, pois os proprietários delas seriam os *fidalgos de solar*. Nesse sentido, devemos lembrar que os castelos da imaginação popular, com múltiplas muralhas, não eram as únicas estruturas que foram feitas para proteger famílias – na verdade, os castelos eram mais uma proteção para uma pequena comunidade. As casas fortes medievais, residências unifamiliares, foram também comuns, assim como foram uma característica cultural em muitos países, não só da Europa.



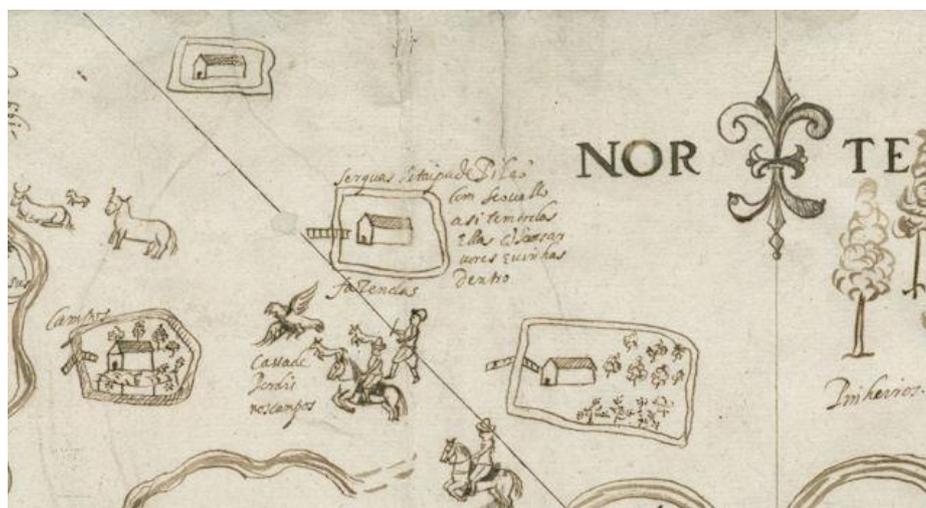
Casa forte de Aranguren, País Basco, Espanha (imagem da Wikipédia).  
Típica das casas fortes europeias.

---

<sup>1</sup> Graduado em História (UERJ), mestre em História Social (PPGH/UFF), doutorando em História Comparada (PPGHC/UFRJ). Pesquisador do IPHAN, do Centro de Pesquisa de História Militar do Exército (CEPHiMEx), sócio do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil, conselheiro do Museu de Armas Históricas Ferreira da Cunha (MAHFC) e Curador de Armas portáteis do Museu Militar Conde de Linhares (MMCL).

No Brasil, onde inicialmente havia uma permanente ameaça de ataque indígena, esse tipo de edifício, também foi comum. As duas primeiras fortificações construídas aqui, as feitorias de Américo Vespúcio, de 1504 (CASTRO, 2015) e a de São Vicente, de c. 1510, são descritas como “casas”, sendo a de São Vicente certamente uma casa forte (SANTA CRUZ, 1928).

Exemplos da difusão em nosso território das casas fortes são diversos. Uma planta da Capitania de São Vicente (São Paulo) do século XVII, reproduzida abaixo, apresenta um detalhe que mostra que todas as fazendas do interior tinham “cercas de taipa de pilão com seu valo [fosso]”, sendo algumas dessas residências ilustradas até com uma espécie de ponte levadiça. Nesse sentido, deve-se lembrar que São Paulo foi uma área que ficou em conflagração entre colonos e indígenas até o final do século XVI, como na Confederação dos Tamoios e em outros movimentos de resistência à ocupação europeia. Assim, o frei Gaspar da Madre de Deus, escrevendo sobre a história da capitania, menciona que as casas fortes eram comuns, dizendo: “por estas forças mencionadas [...] entendo eu povoações, ou pais de famílias poderosos, que tiverem casas fortes, como com efeito tiveram muitos n’outro tempo, com gente armada suficiente, para rebaterem [repelirem] os ataques dos inimigos.” (GASPAR DA MADRE DE DEUS, 1797).

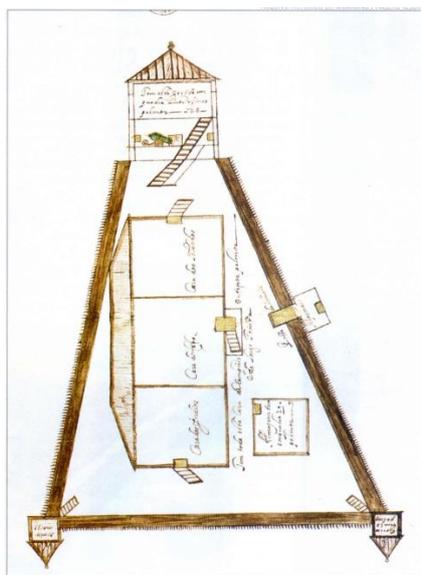


Detalhe da planta de Massaii (s/d), do início do século XVII mostrando fazendas no planalto paulista, com suas fortificações.

É fácil perceber por que esse tipo de residência fortificada foi comum no Brasil. Por um lado, os colonizadores baseavam sua economia no trabalho escravo,

explorando ao máximo os nativos, que resistiam a isso, sendo necessário haver proteções contra insurreições. Por outro lado, em termos práticos, era de construção rápida, fácil e barata, não exigindo conhecimentos técnicos maiores.

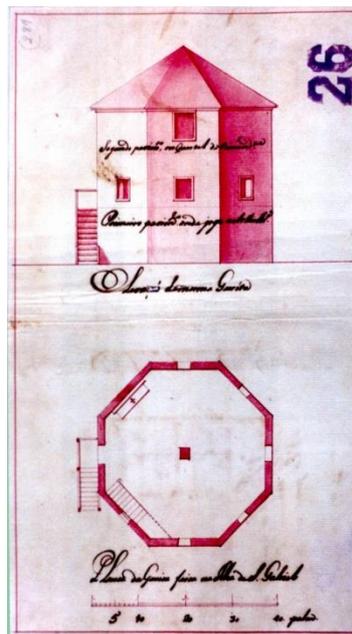
Em termos de definição, pode-se dizer que seu funcionamento se assemelhava ao das fortificações da Antiguidade e Idade Média, a defesa sendo baseada na inacessibilidade e não no poder de fogo dos defensores. Isso, apesar da legislação colonial do século XVI prever que os proprietários das fazendas e engenhos tivessem “torres ou casas fortes”, devendo contar com uma série de armas para defesa pessoal e familiar, incluindo pequenos canhões (REGIMENTO, 1548). Para dificultar o acesso, as construções normalmente tinham dois ou mais pavimentos, o térreo não tendo acessos ou sendo usado apenas para armazenamento de mercadorias, a área de moradia ficando nos andares superiores, sendo atingida por uma escada, que podia ser removida em caso de ataque.



Casa Forte do Peria, construída pelo governo no Maranhão em 1687. Tinha quartéis, paliçadas com guaritas e, em canto, a casa forte, com um canhão no segundo pavimento, que podia ser alcançado por uma escada removível. Construção típica das casas fortes do interior do país (CASTRO, 2015).

Outra razão para esses edifícios terem sido comuns no Brasil foi o fato de poderem ser feitos de madeira, taipa ou pau a pique: como eram construídos para resistir ao fogo de arcos e flechas dos indígenas, não era necessário terem paredes espessas e resistentes contra o disparo de canhões. De fato, os prédios, sendo feitos em dois andares, eram mais vulneráveis à artilharia do que as fortificações comuns. Isso não impediu que fossem feitas casas fortes em regiões costeiras, de terem sido armadas com peças de artilharia, ou serem empregadas em combates entre forças militares regulares,

apesar de esses casos serem a exceção. Por exemplo, o Engenho Nassau, em Recife, foi construído como residência, mas seguindo o padrão das casas fortes, tinha um armazém no térreo, sendo a residência no sobrado. Em 1645 uma força holandesa se abrigou no local, sendo atacada por forças luso-brasileiras e forçada a se render quando tropas conseguiram entrar no térreo, ameaçando incendiar o prédio – esse combate foi eternizado na memória local, dando o nome a um bairro de Recife, o da “Casa Forte” (CASTRO, 2015).



Planta da casa forte de São Gabriel, Amazonas, feita pelo exército em 1761 (CASTRO, 2015).

Deve-se fazer a ressalva de que é comum no interior do Brasil se achar que uma estrutura de pedra antiga seria uma casa forte, mas as construções só podem ser classificadas dessa forma se tiverem sido feitas com objetivos defensivos, ou seja, não tinham acessos, como portas ou janelas, no pavimento térreo, apesar de essas aberturas poderem ter sido acrescentadas mais tarde, quando a necessidade de defesa diminuiu. Na verdade, a construção defensiva é pouco confortável, por causa da dificuldade de acesso ao pavimento da residência e à escuridão do térreo, onde não podia haver janelas, apenas seteiras para os defensores dispararem suas armas. Dessa forma, poucas sobreviveram ao fim do período de risco de ataques indígenas, ainda mais que as casas fortes, em sua grande maioria, eram feitas de madeira, por ser esse material mais fácil de obter e de trabalhar, por isso as estruturas do tipo que chegaram aos dias de hoje são de alvenaria de pedra, material mais resistente.

Há registros históricos de ter havido, pelo menos, 43 casas fortes no país (CASTRO, 2015), mas o número certamente é muito maior, apesar de não haver um estudo ou levantamento específico sobre o tema. No entanto, o IPHAN tem tombados dois remanescentes desses exemplares de arquitetura militar, um civil e outro governamental. O primeiro e mais antigo é o sítio das ruínas do engenho dos Erasmos, em Santos (Processo 678-T-62, inscrito, em 2 de julho de 1963, no Livro do Tombo Histórico). Apesar da construção, feita originalmente no século XVI, estar em ruínas, nas estruturas remanescentes é visível que o edifício original tinha dois pavimentos, com seteiras para atiradores no térreo. O outro caso é uma estrutura oficial, também em ruínas: o quartel do forte de São Sebastião, tombado como parte do Conjunto arquitetônico e urbanístico da cidade de Alcântara (Processo 390-T-48, inscrito, em 29 de dezembro de 1948, nos livros do Tombo de Belas Artes, Histórico e Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico em 10 de outubro de 1974).

#### **Fontes consultadas:**

BLUTEAU, Rafael. *Vocabulário português e latino, áulico, anatômico, arquitetônico, bélico, botânico, brasílico, cômico, crítico, químico, dogmático, dialético, dendrológico, eclesiástico, etimológico, econômico, florífero, forense, frutífero... autorizado com exemplos dos melhores escritores portugueses, e latinos*. v. II. Coimbra: Colégio das Artes da Companhia de Jesus, 1728.

CASTRO, Adler Homero Fonseca de. *Armas. Muralhas de pedra, canhões de bronze, homens de ferro: fortificações do Brasil, 1503-2006*. 3 vols. Rio de Janeiro: FUNCEB, 2009-2015.

GASPAR DA MADRE DE DEUS, Frei. *Memórias para a história da capitania de S. Vicente, do Estado do Brasil*. Lisboa: Tipografia da Academia, 1797.

MASSAI, Alexandre. [Suposto autor]. *Capitania de S. Vicente*. Madri: Mss. Real Academia de la Historia, s/d.

REGIMENTO de Tomé de Sousa, Almeirim, 17 de dezembro de 1548. In: MENDONÇA, Marcos Carneiro de. *Raízes da formação administrativa do Brasil*. Rio de Janeiro: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1972. t. I.

SANTA CRUZ, Alonso de. *Islario general de todas las islas del mundo. Con un prólogo de D. Antonio Blázquez*. Madrid: Imprenta del Patronato de Huérfanos de Intendencia e Intervención Militares, 1928.

**Como citar:** CASTRO, Adler Homero Fonseca de. Casa Forte. In: GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia (Orgs.). *Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural*. 2. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2016. (verbete). ISBN 978-85-7334-299-4.